

# NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 12 de maio de 2021



Nesta edição:

- **Câmara aprova a Lei Geral do Licenciamento Ambiental**
- **Audiência Pública para debater a Medida de Modernização do Ambiente de Negócios (MPV 1.040)**

## Aprovado texto base da Lei Geral de Licenciamento

A Câmara dos Deputados aprovou o texto base do projeto que cria a Lei Geral do Licenciamento Ambiental. A matéria, relatada pelo Dep. Neri Geller (PP/MT) foi aprovada com ampla maioria e unifica em um único marco legal um amplo conjunto de normas infralegais que atualmente regem o tema.

Identificado no Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022, como um dos elementos centrais para a melhoria do ambiente de negócios do país, o estabelecimento de uma Lei Geral irá conferir mais racionalidade e previsibilidade ao processo, com destaque para os seguintes pontos.

- O respeito às competências federativas para a definição dos ritos de licenciamento de acordo com as características do empreendimento;
- A definição de procedimentos simplificados, de acordo com a natureza, porte e potencial poluidor de cada empreendimento;
- A autonomia dos órgãos ambientais em relação aos órgãos envolvidos;
- O atendimento de pleitos setoriais de adequações devido as suas especificidades (agropecuária, silvicultura e saneamento básico);
- Não sujeição ao licenciamento de ações de melhoria, ampliações e modernização de instalações existentes;
- A responsabilidade do sistema financeiro de verificar o licenciamento como elemento de análise de financiamentos.

O relator acatou 9 emendas com destaque para a ressalva, para a aplicação da Licença por Adesão e Compromisso para obras direcionadas à ampliação de capacidade e pavimentação em instalações pré-existentes ou em faixas de domínio e de servidão, caso o empreendimento esteja sujeito à EIA/RIMA. Outras emendas acatadas dizem respeito à supressão de dispositivo que dispensa de outorga o lançamento de efluentes de Estações de Tratamento de Esgoto e que exclui da aplicação da Lei empreendimentos minerários de médio e grande porte, que ficarão sujeitos à Lei específica.

A sessão de votação dos destaques está agendada para amanhã, dia 13/05/21.

## ***Audiência Pública sobre a Modernização do Ambiente de Negócios (MPV 1.040)***

Foi realizada, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) audiência pública com diversos setores para discutir os principais pontos da Medida Provisória 1.040, que moderniza o ambiente de negócios nacional.

Foram convidados para o debate: Gianluca Lorenzon, Diretor de Desburocratização - Ministério da Economia; Michael Danta, Assessor-Chefe de Ambiente de Negócios da Secretaria Especial de Advocacia da Concorrência e Competitividade - Ministério da Economia; André Luiz Sacconatto, Assessor e Coordenador do Grupo de Trabalho do Doing Business - Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FECOMÉRCIO-SP); Everardo Maciel, Ex-Secretário da Receita Federal do Brasil, João Henrique Chauffaille Grognet; Coordenador Geral de Estratégias de Recuperação de Créditos - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN); Renato Da Fonseca, Superintendente de Economia - Confederação Nacional da Indústria (CNI); Silas Santiago, Gerente de Políticas Públicas - Sebrae Nacional; Alexandre Fischer, Superintendente Geral - Associação Brasileira das Companhias Abertas – (ABRASCA); Hélio Beltrão, Presidente do Instituto Mises Brasil - Representante do Instituto Unidos pelo Brasil; e João Accioly; Membro Fundador - Instituto Millenium.

O Deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), Relator da MP 1040, ressaltou a importância da matéria para o empreendedorismo nacional, com ênfase na geração de empregos e na captação de investimentos internacionais.

**Renato da Fonseca, representante da CNI**, afirmou que para o país voltar a crescer, é de extrema importância que haja desburocratização, reduzindo o Custo Brasil que mina a capacidade competitiva da indústria nacional. Ele afirmou que a Redesim é importante, mas é necessário realizar um aperfeiçoamento deste sistema, para que haja uma maior aderência por mais entes federados. Fonseca apontou que medidas na área de comércio exterior são sumamente importantes para a evolução econômica nacional, pois o Brasil compete com potências que possuem um arcabouço burocrático muito menor. O excesso de burocracia pressiona os custos nacionais frente aos de empresas de outros países. A finalização do Portal Único do Comércio exterior é essencial em sua visão, para permitir que o país se faça mais presente em cadeias globais. Por fim, ele afirmou que cabem melhorias na medida provisória, mas ela segue no caminho certo. Ressaltou a importância de medidas como a BR do mar, a Reforma Tributária e Administrativa, dentre outras de infraestrutura, para a evolução nacional.

André Luiz Sacconatto complementou a manifestação de Renato da Fonseca, apontando que o país está em um limbo de competitividade e produtividade. A seu ver, é vital a aprovação das demais medidas de desburocratização nacional em tramitação.

Gianluca Lorenzon, em nome do Ministério da Economia, destacou a importância da iniciativa do Congresso de buscar um maior entendimento acerca da medida para o melhoramento do ambiente de negócios nacional. Segundo ele, a MP será vital para melhorar a posição do Brasil no Doing Business, ranking que promove a avaliação dos países com melhor possibilidade de investimentos. Ele ressaltou a que a medida de unificação dos dados da pessoa física no CNPJ será estendida às pessoas jurídicas por meio deste importante projeto.

Michael Dantas afirmou que o Brasil não é competitivo, e sua posição no Doing Business é incompatível com sua maturidade política e econômica atual. Segundo ele, a MP 1.040 é um aglomerado de mudanças sumamente importantes para o país, pois gera empregos, investimentos e favorece o empreendedor, por meio da facilitação de mecanismos burocráticos para os adimplentes.

Everaldo Maciel destacou trechos referentes ao Redesim, sua efetividade e a sugeriu a criação de uma Lei Geral de desburocratização, sustentada pelo princípio da eficiência.

João Henrique Chauffaille Grognet comentou sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira) sob diferentes óticas. Segundo ele, o Sira reduzirá o tempo de regularização de bens, fomentando a economia e os investimentos. O expositor apontou que existem falhas na execução de contratos e tais falhas podem ser solucionadas por meio do Sira, que é implantado pela Medida Provisória. Ele afirmou que o Sira pretende reunir dados cadastrais e bases de dados patrimoniais para subsidiar a tomada de decisão em processos nos quais sejam demandadas recuperações de crédito pelos empresários. Isto é positivo, segundo ele, sob a ótica da reunião de dados, sob a perspectiva do subsídio para a decisão judicial envolvida na causa relacionada a processos de execução e para a recuperação de créditos para a justiça fiscal. Os princípios do Sira, segundo o expositor, residem na sua máxima eficácia, no respeito a privacidade e na redução de custos para todos os impactados por este sistema.

O Deputado Alexis Fonteyne (NOVO-SP) questionou o expositor Chauffaille Grognet sobre a abrangência do Sira e manifestou receio de que o novo sistema possa se tornar um instrumento de desequilíbrio no bloqueio de patrimônios de empreendedores adimplentes.

Chauffaille Grognet afirmou que a MP não cria ferramentas no que tange a independência do Poder Judiciário. Sendo assim, a decisão sobre bloqueios será de prerrogativa do tomador de decisão frente a cada caso. Para ele, a maior garantia por trás do Sira é a certeza de que a decisão do juiz responsável por cada caso se baseará em um sistema eficaz.

Silas Santiago, representante do Sebrae, destacou alguns pontos relacionados ao fechamento e a abertura de empresas e afirmou que o Redesim, quando implementado, tinha pouca efetividade. Todavia, com o trabalho de setores importantes esta rede foi ampliada de forma expressiva. Dessa forma, o fato de municípios não estarem totalmente integrados ao Redesim não os desobriga de seguir as resoluções deste sistema de simplificação. Ele afirmou que já existem iniciativas de melhoramento para empresas no que tange às inscrições e ao número único para seu registro. Segundo o Expositor já existem medidas apoiadas pelo Sebrae no que tange a redução da burocracia para cadastro de empresas no Brasil. Ele afirmou que o Sebrae apoia a MP.

Alexandre Fischer afirmou que a Abrasca representa os maiores grupos econômicos nacionais, equivalentes a 16% do PIB e a aproximadamente 20% das vagas de trabalho nacionais. Segundo ele, a proteção do acionista minoritário é um ponto manifestado pela MP e as alterações foram condicionadas à Lei 6404 de 1976 (que dispõe sobre Sociedades por Ações) que se traduzem em regras distintas das que estão sendo aplicadas, o que gera insegurança jurídica. O primeiro ponto por ele expressado foi o apoio a Emenda Supressiva 166 da Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), que trata de alienação de ativos. Por fim, Fischer defendeu retirar do objeto do Sira as medidas de constrição e alienação de ativos. Segundo ele, a jurisdição brasileira será competitiva caso seja adotado o voto plural no Brasil.

Hélio Beltrão afirmou que há um enorme caminho para vencer a burocracia na economia e se atingir o sucesso econômico no Brasil. Para ele, a medida é vital para enfrentar a posição desfavorável nacional no Doing Business. O crescimento econômico será uma consequência da facilitação de abertura de negócios, em sua visão. Ele afirmou que a Emenda 167 da Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) é muito importante para aprimorar a MP.

João Acciolly, membro fundador do Instituto Millenium, parabenizou a iniciativa do Ministério da Economia pois, segundo ele, ela dá continuidade a medidas vitais para o país. Ele afirmou que não há espaço para o

aumento da burocracia nacional e segundo ele, a MP seguiu parâmetros claros e diretos para melhoria do ambiente de negócios do Brasil.

Foram apresentadas 252 emendas à MPV. A Comissão Mista para analisar a matéria ainda não foi instalada. Em 03/05, o deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP) foi designado relator da Medida Provisória.



### Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:  
<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2019/12/informe-legislativo/#informe-legislativo-no-0022020%20>

**NOVIDADES LEGISLATIVAS** | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Edição: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | [www.cni.com.br](http://www.cni.com.br) | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria  
**PELO FUTURO DA INDÚSTRIA**